

DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL

CHARLENE FROZI¹; **ANGELA PIETRO²**

¹*Faculdade Anhanguera do Rio Grande- chacha_frozii@hotmail.com*

²*Faculdade Anhanguera do Rio Grande – angela.torma@gmail.com*

1. APRESENTAÇÃO

Reflexões sobre direitos humanos e direitos fundamentais fazem parte dos temas trabalhados junto ao Projeto de Pesquisa e Extensão Direito e Cidadania, desenvolvido desde 2016 na Faculdade Anhanguera do Rio Grande. O principal propósito deste estudo visa compreender como a desigualdade racial ainda persiste na nossa sociedade apesar de regida por uma constituição cidadã e que garante o direito à igualdade. O tema desigualdade racial, abrange dimensões sociais, políticas e econômicas, podemos citar: dificuldade de acesso à educação em diferentes níveis, progressão escolar, rendimentos, emprego e local de moradia, entre outras. O presente estudo pretende realizar um estudo teórico e interventivo sobre esta realidade e o seu enfrentamento no contexto brasileiro. Pretende-se com os resultados trabalhar este tema nas escolas no município, problematizando estas questões junto a adolescentes, visando um posicionamento crítico e garantidor de direitos.

2. DESENVOLVIMENTO

O presente estudo foi organizado em dois momentos bem definidos. Num primeiro momento será realizada uma pesquisa bibliográfica e legal referente ao enfrentamento a desigualdade racial no Brasil. Após esta fase de estudo teórico serão realizadas oficinas práticas nos espaços escolares com o objetivo de levar ao ambiente escolar discussões e reflexões sobre o tema.

3. RESULTADOS

O Brasil passou por significativas mudanças que auxiliaram significativamente no enfrentamento das desigualdades raciais, podendo destacar principalmente mudanças de caráter estrutural, e políticas de inclusão social. No âmbito legal faz jus citar a Lei no. 12.288 de 2010 que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial no Brasil.

Sobre as mudanças estruturais pode-se destacar a queda da fecundidade, as diferentes formas de arranjos familiares e modificações no padrão da população em idade ativa. Dentre estes aspectos combinados a outros aspectos econômicos, pode-se dizer que houve uma contribuição para uma mudança na desigualdade racial. No que tange as políticas de inclusão social, foram de extrema importância, para que houvesse uma diminuição de pessoas a margem da sociedade, isto é, houve uma diminuição de pessoas em situação de pobreza, assim como uma amplificação de acesso aos mais pobres a oportunidades, que anteriormente pertenciam apenas aos mais ricos.

A ampliação do acesso da população negra ao ensino médio e superior, foram muito relevantes e de grande importância, porém ainda que tenha ocorrido uma melhora da população negra ao nível de ensino e uma queda da desigualdade racial, a participação de brancos nestes níveis de ensino ainda é superior. Mesmo havendo quedas na desigualdade racial para que haja uma sociedade igualitária seria necessário que houvesse queda durante ao menos quarenta anos para consolidação de uma sociedade racialmente mais igualitária.

Embora tenha ocorrido crescimento expressivo da participação dos negros com nível superior no mercado de trabalho, ainda há diferenças nos estratos ocupacionais, com menor participação dos negros nos estratos mais altos, e mesmo que as vezes possuam os mesmos cargos e qualificações de um branco, observa-se que ainda há diferenças salariais. Há de salientar que no Brasil, não é apenas a raça ou a cor que é levado em consideração, mas também o *status* social do indivíduo. Tal cenário faz com que haja um engessamento, visto que mesmo possuindo ensino superior, ou qualificação, ainda se obtém menor retorno, tal fato ocorre porque sofrem discriminação, não só racial, mas também social.

Um outro aspecto muito importante a ser salientado é a violência racial, principalmente entre os jovens, entre 12 e 29 anos de idade, que se encontram em maior vulnerabilidade. Os jovens negros no Brasil as maiores vítimas de homicídio do que o jovem branco, isto está pautado principalmente nos estereótipos raciais do negro como criminoso.

4. AVALIAÇÃO

Pode-se dizer que houve uma redução da desigualdade racial no Brasil, mas ainda há muito a ser feito, políticas públicas de inclusão são fundamentais para a diminuição da desigualdade racial. É necessário enfatizar que, embora a maior parte da população em situação de pobreza seja negra, políticas universalistas não foram suficientes para combater a desigualdade racial.

Partindo deste ponto de vista, para que houvesse de fato uma diminuição do ponto de vista social/universal, seria necessário mais investimento em educação pública de qualidade, nos lugares onde esta parcela da sociedade vive, no que tange as ações afirmativas dos negros e pardos no ensino superior são de suma importância, pois “alcançam”, espaço de privilégio, onde estão inseridos a classe média e ricos, onde prevalece a presença da população branca.

Por fim, é necessário ensinar as crianças e adolescentes que todos possuem direitos e obrigações independentemente, de classe ou cor, que todos podem ser capazes de conquistar um espaço de reconhecimento, independente se é negro, branco ou até mesmo independente de sua escolha sexual.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. 14 ed., São Paulo, Saraiva, 2012

LIMA, Márcia. **Desigualdades raciais no Brasil e suas múltiplas dimensões.** Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/cada-vez-mais-desigual/desigualdades-raciais-no-brasil>. Acesso em junho de 2017.

UNESCO. **Novo índice mostra vulnerabilidade de jovens à violência no Brasil.** http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single-view/news/new_index_shows_vulnerability_of_youth_violence_in_brazil/. Acesso em junho de 2017